

DECRETO Nº 144, DE 05 DE NOVEMBRO DE 2025.

Regulamenta a aplicação do artigo 95, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Administração Pública Municipal, para disciplinar a celebração de contratos verbais para pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVO XINGU, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que a plena vigência da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui o novo regime de licitações e contratos administrativos, impõe à Administração Pública Municipal o dever de adequar seus procedimentos internos para garantir a estrita observância de seus preceitos, em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 95 da referida Lei Federal nº 14.133, de 2021, que estabelece a obrigatoriedade do instrumento de contrato, ressalvando, em seu § 2º, uma exceção específica ao dispor que "*É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras ou o de prestação de serviços de pronto pagamento, assim entendidos aqueles de valor não superior a R\$ 10.000,00 (dez mil reais)*", valor este sujeito a atualização monetária anual por ato do Poder Executivo Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de se fixar, no âmbito da Administração Pública do Município de Novo Xingu uma diretriz clara, unívoca e segura para a realização de despesas amparadas no artigo 95, § 2º, da Lei nº 14.133/2021, de modo a fortalecer os mecanismos de controle interno, garantir a transparência na aplicação dos recursos públicos;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de prestigiar os princípios do planejamento, da segregação de funções e da rastreabilidade do gasto público, assegurando que o pagamento somente ocorra após a devida liquidação, ou seja, após a verificação do direito adquirido pelo credor, com base nos títulos e documentos comprobatórios do respectivo crédito;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E DO OBJETO

Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito da Administração Pública direta do Município de Novo Xingu, os procedimentos para a celebração e execução de

contratos verbais para pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento, com fundamento no artigo 95, § 2º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, consideram-se pequenas compras ou prestação de serviços de pronto pagamento aquelas cujo valor não exceda o limite fixado no § 2º do artigo 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e suas respectivas atualizações anuais promovidas por decreto do Poder Executivo Federal.

Parágrafo único. A expressão "pronto pagamento", para os efeitos deste Decreto, qualifica a natureza da obrigação de ser adimplida em uma única parcela, após a imediata e integral entrega do bem ou a completa prestação do serviço, sem que disso resultem obrigações futuras, acessórias ou de trato sucessivo, inclusive no que tange à garantia ou assistência técnica.

CAPÍTULO II

DO PROCEDIMENTO DE EXECUÇÃO DA DESPESA

Art. 3º Todas as despesas decorrentes das contratações verbais de que trata este Decreto deverão, obrigatoriamente, subordinar-se ao processo normal de aplicação da despesa pública, compreendendo as fases de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 4º O processo de contratação e pagamento de que trata este Decreto deverá observar o seguinte fluxo procedimental, de modo a garantir a plena observância das etapas de aplicação da despesa previstas na Lei Federal nº 4.320, de 1964:

Art. 4º O processo de contratação e pagamento de que trata este Decreto deverá observar o seguinte fluxo procedimental, de modo a garantir a plena observância das etapas de aplicação da despesa previstas na Lei Federal nº 4.320, de 1964:

I – requisição detalhada da compra ou do serviço pela unidade administrativa demandante, com a devida justificativa da necessidade do gasto, indicação da classificação funcional-programática e promoção da pesquisa de preços que demonstre o preço de mercado, formalizando o início do processo administrativo de despesa, ainda que simplificado; nos casos de compras ou serviços de pronto pagamento cujo valor total da contratação seja superior a R\$ 3.000,00 (três mil reais), a comprovação do preço de mercado deverá ser feita por meio da coleta de, no mínimo, 3 (três) orçamentos válidos de fontes independentes ou mediante outras metodologias previstas em regulamento municipal para a pesquisa de preços, admitindo-se, contudo, que a inexistência de 3 (três) orçamentos válidos seja devidamente justificada pelo setor requisitante por razões fáticas ou técnicas insuperáveis, com a devida fundamentação anexada ao processo de despesa; bens ou serviços cuja comercialidade seja amplamente reconhecida, com preços uniformes e públicos — como combustíveis, tarifas, produtos tabelados ou itens de prateleira de ampla oferta —, a etapa de pesquisa de preços poderá ser suprimida, desde que o preço praticado seja devidamente demonstrado por meio de documento idôneo

(como nota fiscal recente, cotação pública, tabela de preços, site oficial de fornecedor ou outro meio equivalente) que comprove o valor corrente de mercado; e, para valores inferiores a R\$ 3.000,00 (três mil reais), deverá ser anexada, no mínimo, a comprovação do preço de mercado ou a justificativa fundamentada da escolha do fornecedor.

II - Verificação e ateste de dotação orçamentária, saldo orçamentário e saldo financeiro, a ser realizada pelo setor competente de contabilidade ou finanças, com o objetivo de comprovar a existência de recursos disponíveis para cobrir integralmente o custo da aquisição ou serviço, em observância ao princípio da anualidade orçamentária e da programação financeira;

III - Formalização do Processo de Contratação: Compilação integral dos documentos preliminares, incluídos a requisição detalhada e a pesquisa de preços que demonstrem o preço de mercado.

IV - Emissão da correspondente nota de empenho, que é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Município a obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição, detalhando o credor, a especificação do objeto e o valor exato da despesa;

V - Assinatura e aprovação do empenho pelo Prefeito Municipal ou pela autoridade delegada, o que configura a necessária autorização prévia da despesa, conferindo integral validade ao ato administrativo e dando prosseguimento à fase de execução do ajuste verbal;

VI - Execução da despesa, que compreende a realização da compra ou a efetiva prestação do serviço pela Secretaria requisitante, seguida da confirmação do recebimento do material ou da fiscalização do serviço por servidor designado, com a subsequente e imediata juntada da Nota Fiscal, Fatura ou documento equivalente aos autos do processo administrativo;

VII - Liquidação da despesa, que se dará mediante a rigorosa verificação do direito adquirido pelo credor, conferindo-se os documentos comprobatórios do fornecimento ou serviço com os dados da Nota de Empenho, a fim de apurar o objeto efetivamente entregue, a quem se deve pagar e o montante exato, conforme dispõe o artigo 63 da Lei nº 4.320, de 1964;

VIII - Pagamento da despesa, realizado após a regular liquidação e efetuando-se o desembolso diretamente ao credor identificado no processo, por intermédio da Tesouraria Municipal ou de instituição bancária credenciada, de modo a impedir o manuseio de numerário por servidores públicos responsáveis pelas fases anteriores da despesa.

CAPÍTULO III

DO CONTROLE, DA DOCUMENTAÇÃO E DAS RESPONSABILIDADES

Art. 6º A dispensa do instrumento de contrato formal não desobriga a Administração de documentar adequadamente o processo de aquisição ou de serviço. O ajuste verbal deverá ser instrumentalizado por meio de autorização de compra ou ordem de execução de serviço, a qual deverá integrar o processo administrativo juntamente com a nota fiscal ou documento comprobatório da despesa.

Art. 7º É vedada a utilização sucessiva de contratações verbais com o mesmo objeto ou para objetos de mesma natureza dentro do mesmo exercício financeiro, com o intuito de fracionar a despesa e fugir do procedimento licitatório cabível, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. O órgão de controle interno fiscalizará, por amostragem ou de forma contínua, a cumulatividade de despesas realizadas sob a égide deste Decreto, a fim de coibir a prática de fracionamento de despesa, devendo comunicar imediatamente ao Chefe do Poder Executivo a eventual identificação de irregularidades.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO XINGU/RS, 05 de novembro de 2025.

GELCIO MARTINELLI

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

VAGNER KUSTER GOPPINGER

Sec. Mun. de Adm. Plan. e Finanças

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

em ___/___/___ a ___/___/___